



Agespisa: decisão à vista ou a prazo?

O TCE pode decidir nesta quinta-feira (23) se vai extrapolar suas funções e acatar o recurso da segunda colocada, redefinindo as etapas da licitação da subconcessão da Agespisa. Se a decisão dos conselheiros for de anular o quesito técnico de eficiência de perdas de água e determinar a apresentação de novas propostas comerciais para as três empresas da disputa, a população pode continuar sem água por um bom tempo, afirmam juristas renomados.

Teoria Conspiratória

Há quem diga que poderá ser uma "jogada de mestre", da terceira colocada, que já estava completamente fora da disputa. Se a decisão do TCE indicar a apresentação de novas propostas comerciais, o "Consórcio Poti" - disfarce para a poderosa Odebrecht, poderá trazer de volta ao páreo e com chances reais de vitória a empresa mais famosa da Lava Jato.

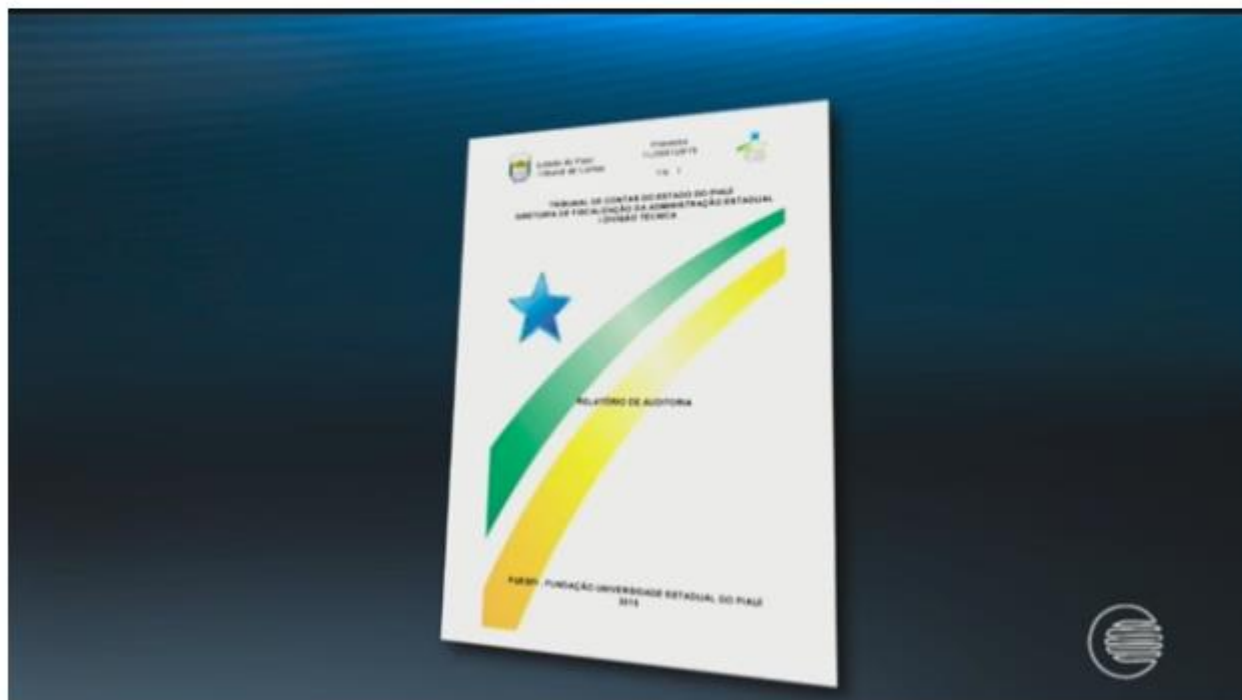
Chupando o dedo

Já a segunda colocada, Águas do Brasil (também envolvida na operação Lava Jato), autora do recurso que questionou a licitação da Agespisa, não ficou muito feliz com o rumo que aponta essa decisão do TCE. Ela esperava que pudesse desclassificar a empresa vencedora (AEGEA SA) de um só golpe. Mas parece que a jogada saiu fora de controle. Resta aguardar a manhã seguinte do Dia Mundial da Água, pra sabermos se teremos a confirmação do resultado da licitação já realizada, ou se a contenda vai se arrastar por muito mais tempo, prejudicando, ainda mais, a população da capital.

TCE: Uespi contratou sem licitação e comprou tablets com sobrepreço

Relatório do Tribunal de Contas do Estado apontou várias irregularidades. Uespi afirma que todas as denúncias foram devidamente esclarecidas.

Do G1 PI



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) está investigando desvios de recursos na Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Relatório do órgão fiscalizador mostrou que a universidade teria comprado tablets no valor de mais de R\$ 900 mil e recebido aparelhos que custam menos R\$ 300 mil. As denúncias apontam também a contratação sem o devido processo de licitação.

O relatório publicado no fim do ano passado pelo TCE se refere à prestação de contas da Uespi em 2015. São 59 páginas que apontam supostas irregularidades praticadas na instituição.

Uma delas seria a ausência de planejamento para confecção de livros. A Uespi teria optado por fracionar a despesa em curtos períodos, chegando até a separar as impressões por disciplina, ocasionado um aumento de custos, já que o valor unitário da página tende a cair quando o volume é maior. Só no contrato analisado, o TCE estima que a instituição poderia ter economizado mais de R\$ 18 mil.

A assessora jurídica da Uespi, Clarissa Maia, relatou que as medidas adotadas foram todas legais. "O que existe na verdade é na medida em que é aprovado um projeto de um determinado livro a Uespi faz a publicação. Está fracionado justamente porque vai de acordo com a necessidade", afirmou.

Outra irregularidade apontada pelo TCE diz respeito à contratação de empresa de segurança sem licitação. Durante 12 meses a Uespi teria realizado vários contratos com a mesma empresa, que juntos, somam R\$ 1,2 milhão. O relatório aponta que a universidade não explicou as razões para essa contratação direta.

Nesse caso a assessoria relatou que houve um procedimento de licitação especial. "Foi o recomendado diante de uma situação excepcional que foi uma situação de emergência e se configurou uma quebra do contrato entre a Uespi e a prestadora de serviço anterior, sem que houvesse culpa a administração da instituição e por se tratar de um serviço essencial não se podia existir qualquer solução de descontinuidade", disse.

Em outro caso, num convênio assinado com uma fundação, o TCE apontou uma série de irregularidades, que vão desde a ausência de licitação até a falta de requisitos técnicos para operacionalizar o plano de trabalho para fazer um diagnóstico em todos os municípios sobre a quantidade de servidores.

O valor total pago pelo convênio foi de R\$ 637 mil e parte desse recurso foi destinada à compra de equipamentos, entre eles 240 tablets. O relatório diz que o valor pago por cada um deles, R\$ 975 reais, está bem acima do preço de mercado. Além do sobrepreço, o TCE afirma que os equipamentos nunca chegaram à instituição.

Já nessa denúncia, Clarissa Maia afirmou que os valores foram corrigidos. "A nota fiscal foi retificada pela empresa, que se comprometeu a devolver o valor em virtude dessa mudança, ou seja, em relação ao material fornecido, com a restituição via carta de crédito", explicou.

Sobre a reforma na biblioteca, a Uespi afirmou que por conta da identificação de rachaduras na sala de acervo, o local teve que ser demolido. A fim de garantir a segurança de seus usuários, o prédio principal teve que ser desativado, com apenas a parte administrativa e de processamento técnico em funcionamento, e segue passando por reformas. A nota diz ainda que o projeto arquitetônico das reformas do referido setor já está pronto e as obras estão previstas para serem iniciadas ainda este ano.

No mesmo período do relatório, em 2015, o Índice Geral de Cursos (IGC) da Uespi, que é um indicador de qualidade que avalia a educação superior, caiu em relação ao ano anterior. Enquanto em 2014 o IGC foi de 2,52, em 2015 o índice foi de 2,42. Essa avaliação é do Ministério da Educação.

Link: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/03/tce-uespi-contratou-sem-licitacao-e-comprou-tablets-com-sobrepreco.html>

Com divulgação só em 2017, TCE torna pública lista de impedimentos dos conselheiros

Presidente do TCE explica que a decisão de tornar o documento público foi tomada após sugestão de um conselheiro, argumentando que a medida levaria mais transparência ao Tribunal

21/03/2017 - Atualizado em: 21/03/2017, 10:30

Publicado por: Edrian Santos Repórter: Edrian Santos



Por que só agora? É o que se questiona sobre a divulgação, a partir de 2017, da lista de impedimentos e suspeições dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) em processos de prefeituras e órgãos públicos. A medida visa dar mais transparência às decisões do órgão, segundo a própria instituição. A lista foi divulgada nesta segunda-feira (20/03) e o TCE defende que cada conselheiro tem o direito de escolher o que vai julgar ou não, anualmente.

“Os conselheiros se julgam suspeitos e se condicionam a essa situação de escolherem as contas que não querem julgar, sejam das prefeituras ou de órgãos públicos. Normalmente, a escolha acontece por conta de parentes ou porque eles já atuaram no serviço público daquela administração. Por conta disso, os conselheiros não se sentem à vontade para fazer os julgamentos”, explica Olavo Rebelo ao **OitoMeia**, conselheiro e presidente do TCE-PI.



Olavo Rebelo (Foto: Jéssica Kamila / OitoMeia)

Todo início de ano, os conselheiros devem relatar ao TCE quais contas não querem julgar. O presidente explica que a decisão de tornar o documento público foi tomada após sugestão de um conselheiro, com o argumento de que a medida levaria mais transparência ao Tribunal. “Depois de uma votação, nós decidimos tornar pública a lista de impedimentos”, declara o presidente.

Dois conselheiros não ficaram impedidos em cidades ou órgãos específicos. São eles Luciano Nunes e Abelardo Vilanova. Por outro lado, o conselheiro substituto Alisson de Araújo não pode julgar contas de algumas prefeituras do interior e de diversos órgãos da administração estadual, administração de saúde e da prefeitura de Teresina. Da mesma forma, o conselheiro Kleber Dantas Eulálio fica impedido em 15 prefeituras.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/03/21/com-divulgacao-so-em-2017-tce-torna-publica-lista-de-impedimentos-dos-conselheiros/>

PM-PI vai reforçar policiamento no Centro Administrativo

A viatura é um veículo alugado pelo Tribunal, integrante da Coordenação Geral de Operações (CGO) da Polícia Militar do Piauí, fruto de cooperação técnica firmada entre o TCE-PI e a PM-PI.

FELIPE PEDRO

20/03/2017 © 18h04 - atualizado © 18h06

[f Compartilhe no Facebook](#)

[Twitter Compartilhe no Twitter](#)

[g+ Compartilhe no Google+](#)

[Enviar por E-mail](#)

[Mais opções](#)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio de sua Assessoria Militar / Pelotão Especial de Segurança, colocou em funcionamento uma viatura policial para atender à região do Centro Administrativo que inclui secretarias e órgãos da administração estadual, o próprio TCE-PI, Tribunal de Contas da União (TCU), Associação Piauiense de Municípios (APPM), além de bairros vizinhos.

Foto: Divulgação/Ascom



Equipe que reforçará a região do Centro Administrativo

Policiais devidamente equipados circularão na viatura pela área do Centro Administrativo, que fica localizado no bairro Vermelha, zona sul de Teresina e atenderão chamadas de bairros circunvizinhos, a fim de reforçar o policiamento e a segurança da população no local. A entrada em operação do veículo policial faz parte de uma série de ações previstas em um plano estratégico que prevê a melhoria e ampliação dos serviços de policiamento na região, a capacitação e requalificação do efetivo policial e a aquisição de diversos tipos de equipamento (armas, coletes e radiocomunicadores).



Viatura adquirida em parceria entre o TCE e a PM/PI

A viatura é um veículo alugado pelo Tribunal, integrante da Coordenação Geral de Operações (CGO) da Polícia Militar do Piauí, fruto de cooperação técnica firmada entre o TCE-PI e a PM-PI.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/pm-pi-vai-reforçar-policimento-no-centro-administrativo-411144.html>